



20(1):107-122
jan./jun. 1995

CULTURA ESCOLAR E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: experiência dos egressos do Instituto João Pinheiro/MG

Luciano Mendes de Faria Filho

Não é estranho àqueles que trabalham no campo da educação em geral, e aos historiadores da educação em particular, a discussão acerca das finalidades e possibilidades da educação escolar. Muito pelo contrário, essa discussão tem marcado a história da educação, principalmente nos últimos cinco séculos, quando colocou-se, de forma nunca antes vista, a discussão sobre a possibilidade de **construção** das trajetórias pessoais e sociais pelos próprios sujeitos humanos, sejam estes indivíduos ou grupos.

Da concepção de que os homens e a sociedade não são dados e de que, pelo contrário, são **fabricados**, decorreu, entre outros aspectos, a necessidade de pensar (e repensar), inventar (e reinventar), o conjunto das práticas norteadoras do fazer pessoal e social. Este movimento criou um sem número de instituições “modernas”, dentre elas a escola, imputando-lhes a tarefa de produzir novos sujeitos humanos e novas realidade sociais.

Nesta perspectiva, a escola moderna pode ser vista tanto como uma construção social moderna quando partícipe ativa da construção deste mesmo so-

cial. Criando e sendo criada neste processo, a escola participa do mesmo de uma forma específica. A explicitação, em cada contexto histórico, desta especificidade tem sido uma tarefa à qual têm se dedicado não apenas os historiadores e teóricos da educação, mas uma gama variada de cientistas sociais. Estes distintos enfoques têm trazido, para o interior da história da educação, elementos dos mais enriquecedores e instigantes de novas e diferentes investigações.

Em artigo recente, D. Julia (1994) defendeu o quanto a pesquisa com a chamada “cultura escolar” pode significar um enriquecimento da história da educação. Neste mesmo texto, ele afirma entender a **cultura escolar**

*“como o conjunto de **normas** que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e o conjunto de **práticas** que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas estas que estão ordenadas para finalidades que podem variar segundo as épocas”*(p.1; grifos no original).

Uma tal definição de cultura escolar permite-nos, sem dúvida, operar com um conceito que aponta tanto para a escola como criação social quanto para a forma particular da escola contribuir com a criação da sociedade. Neste artigo pretendemos argumentar nesta direção.

Pretendemos mostrar, a partir da análise das trajetórias profissionais de alguns egressos de uma escola específica, o Instituto João Pinheiro, o quanto esta contribuiu para a criação em Minas Gerais, nas primeiras décadas deste século, de novas práticas, hábitos, valores e normas constitutivas da sociedade urbano-industrial que se produzia. Defendemos que isto se deu, particularmente, porque a **cultura escolar**, experienciada pelos alunos no interior da instituição, capacitou-os para agir de uma nova forma, diferente daquela comumente observada no seu grupo social de origem, nas relações sociais que se vinham construindo.

Pretendendo articular a questão da cultura escolar com as trajetórias profissionais e fazer desta articulação um objeto da história da educação, queremos também chamar a atenção para o fato de que isto pode significar uma contribuição à salutar renovação que hoje se opera em nosso campo de estudo.

Finalidades e organização do Instituto

O Instituto João Pinheiro foi fundado em 1909 pelo governo mineiro, nos arredores de Belo Horizonte, cidade então com pouco mais de 29 mil habitantes. Localizado na Fazenda experimental da Gameleira, o Instituto tinha seu objetivo central assim definido pelos organizadores:

“O fim do Instituto é apoderar-se do menor em risco de perversão ou já viciado e, transcorrido o período educacional, restituir à sociedade um homem sadio de corpo e alma, apto para construir uma célula no organismo social, capaz de prover a própria subsistência e de impulsionar a vida econômica nacional” (Regulamento, 1910, p.14).

Dirigido às crianças abandonadas “material ou moralmente”, do sexo masculino, entre 8 e 12 anos, de todo o Estado de Minas, a instituição foi concebida como um centro educativo/preventivo que deveria “apoderar-se” das crianças que representavam um perigo potencial à sociedade e “restituir” um trabalhador e cidadão apto ao trabalho e à participação na República, sob a direção das elites mineira e brasileira. Para isto, esperava-se que o processo educativo operasse uma verdadeira “conversão” no destino dos alunos, mudando suas vidas, influenciando suas trajetórias (Faria Fº, 1990, p.79).

O programa educacional orientava-se pelo intuito de formar trabalhadores agrícolas e, apesar de bastante amplo, era claramente definido. Veja-se, por exemplo, a forma como Leon Renault, o primeiro Diretor da instituição, refere-se a isto:

“Formar uma geração nova de operários que compreenda a razão de ser de todas as operações realizadas no terreno; que conheça e saiba manejar todos os instrumentos que a mecânica agrícola tem introduzido na prática rural; que saiba como devem ser tratados e alimentados os animais de trabalho e os destinados à reprodução; que seja capaz de utilizar inteligentemente todos os detritos que possam concorrer para a formação de adubos; que tenha a instrução elementar e profissional indispensável a qualquer homem, eis o fim que visa o instituto, e que será atingido.” (Renault, 1910, p.470).

Visando a possibilitar o ensino destes saberes e dos comportamentos, hábitos e valores entendidos como necessários aos novos operários agrícolas, organizou-se o Instituto como um conjunto variado de práticas e experiências que na sua totalidade levariam a tal objetivo.

Influenciados tanto pelos teóricos e experiências escolanovistas quanto pelos teóricos do Direito Criminal¹, os organizadores pretenderam criar uma “mini-sociedade”, uma **cidade em miniatura** “mas com os mesmos mecanismos das grandes”, conforme afirmavam.

Esta mini-sociedade, republicana em sua concepção e urbana em sua cultura, principiava-se pela organização de uma **família**, para a qual a criança entrava tão logo chegava ao Instituto. Formada por um casal “idôneo”, seus filhos naturais e por um grupo variável de alunos, a família residia em **pavilhões** formados por quartos para, no máximo, três pessoas e pelas demais dependências necessárias à vida familiar. O pavilhão, sob o comando do pai/chefe de pavilhão, era uma referência constante para os alunos.

A partir do pavilhão, os alunos iam integrando-se a uma série de outras “instituições” e mecanismos “pedagógicos”. Pelo mérito, eram convidados a participar da administração do Instituto, através da indicação dos **ministros** da Fazenda, da Justiça e do Exterior. Se surpreendidos em delitos, ou se acusados pelos mesmos, estavam sujeitos a julgamentos, pelos próprios colegas, com direito a investigação (pela **comissão de polícia**) e defesa no momento do **julgamento** pelo **júri popular** (formado pelos alunos). Poderiam, ainda, ser escolhidos para representar a instituição em viagens, feiras e amostras.

A formação para o trabalho dava-se pela prática do **trabalho agrícola**, na lavoura (algumas de experimentação) e com o gado, e do **trabalho artesanal**, em oficinas (sapataria, funilaria, etc.). Os recursos auferidos com os produtos advindos do trabalho dos alunos eram utilizados para a manutenção do Instituto, para a formação de um pecúlio para o aluno, para ajudar na manutenção de outras experiências congêneres e, finalmente, para o pagamento de um pequeno salário ao aluno.

Os alunos tinham acesso, ainda, a um curso primário, divididos em 08 períodos de 01 ano cada, à biblioteca, ao cinema, ao clube literário, à prática de esportes (basquete e futebol, principalmente), à banda de música, à igreja (colocada como de livre opção, pelo Regulamento) dentre outras experiências. Todas estas possibilidades existiam dentro do espaço físico do Instituto, sendo que, quando necessário, a cidade de Belo Horizonte era também utilizada como espaço de lazer, acesso a outras formas de cultura, comércio, de tal forma que se pode dizer que havia uma intensa “troca” entre a **cidade miniaturizada** e a **cidade real**, cabendo ressaltar, ainda, que a capital mineira tinha no Instituto um de seus mais importantes “cartões postais”.

Eram estes dispositivos pedagógicos, estas diferentes **instituições**, que deveriam formar os meninos, outrora abandonados, numa cultura escolar bastante avançada para a época. No seu conjunto, esta cultura era referenciada no mundo urbano e num certo “espírito republicano”. A prática da participação, a atmosfera de respeito e valorização dos direitos individuais, a valorização da instrução escolar, a exaltação das novas tecnologias e do avanço das ciências, a valorização do esforço e do mérito pessoais, da ética do trabalho, da vida regrada e da poupança, tudo isto era vivenciado pelo alunos, com maior ou menor grau de adesão, no cotidiano do Instituto.

O início da trajetória: o desligamento

Tendo sido encaminhado ao Instituto e ali recebido uma educação física, moral, intelectual e profissional, esperava-se que o jovem dali saísse em condições de ganhar a vida como um honrado **trabalhador rural**. Segundo o Regulamento, a idade média em que deveria ocorrer o desligamento seria por

volta dos 17 anos. No entanto, ainda de acordo com o Regulamento, esta idade poderia variar entre 16 e 21 anos.

A forma de exclusão deveria ser bem simples: o Diretor comunicaria ao Juiz de órfãos, ou ao tutor, que o jovem concluíra o curso e estes teriam o encargo de lhe arranjar uma colocação, de preferência num estabelecimento agrícola. Esperava-se também, que do momento da saída do jovem trabalhador até o prazo de 03 anos, ele continuasse a manter um vínculo com o Instituto. Somente depois de transcorrido este tempo de “transição” é que o egresso teria autonomia plena. O outro tipo de exclusão previsto no Regulamento seria aquele motivado pela insubordinação. Neste caso, o desligamento poderia ocorrer a qualquer momento, independente da idade.

A prática veio mostrar, porém, quão irrealis eram esses propósitos da Comissão Fundadora. Não somente muitos dos alunos não permaneciam no Instituto o tempo pré-determinado de 08 anos, como também formas imprevistas — e irregulares — de desligamento dos educandos se verificaram na prática.

Segundo nosso levantamento nos prontuários dos alunos², de um total de 127 alunos, 99 (72,2%) ficaram no Instituto menos de 7 anos, sendo que quase um quarto (22,6%) permaneceu menos de 03 anos. Considerando que o ensino primário estava programado para ser concluído em 08 anos, pode-se deduzir que mais de 72% dos alunos saíam sem concluí-lo.

Os motivos alegados para o desligamento dos alunos eram bastante variados. A **conclusão de curso** é a justificativa para a saída de 29% dos alunos de nossa pesquisa. Este dado vem confirmar, de certa forma, a informação fornecida no parágrafo anterior a respeito do número de alunos concluintes do curso primário. A segunda justificativa para a exclusão, por ordem de importância numérica, é a **obtenção de emprego**, perfazendo 18,8% do total. Esta justificativa era utilizada tanto pela direção do instituto, quanto pela família do jovem. Neste último caso, as famílias se dirigiam ao Diretor dizendo, na maioria das vezes, que haviam encontrado emprego para o filho e que necessitavam da ajuda dele para a manutenção familiar.

A maioria dos pedidos de exclusão sob a alegação de “ter encontrado emprego”, provinha, no entanto, da própria direção da instituição. Como o Instituto era bastante conhecido, alguns fazendeiros a ele recorriam à procura de uma mão-de-obra mais **qualificada** para trabalhar em suas fazendas. Este é o caso, por exemplo, dos senhores Arthur Osini e Alfredo Braga, proprietários da Fazenda do Rótulo, em Vespasiano (MG).

Esses fazendeiros alegavam que os alunos do Instituto poderiam fornecer-lhes um trabalho de qualidade superior àquele de outros trabalhadores rurais, com os quais estavam acostumados a contar. Afirmavam inclusive, em carta, que os educandos poderiam ser o “melhor incentivo à difusão do ensino agrícola a nossa feliz lavoura, devido ao ensinamento tão completo inculcido neles pelo Instituto.”

Atendendo à solicitação dos fazendeiros, o Instituto celebra com eles um **Contrato de Locação de Serviços** para o fornecimento de “uma turma de 08 a 10 educandos aptos para o trabalho agrícola”, turma esta que poderia ser aumentada de acordo com a solicitação dos fazendeiros e com as possibilidades do estabelecimento (Claúsula 01).

Determinava ainda o Contrato que os educandos receberiam casa, alimentação e um salário, este último de acordo com as aptidões de cada um (Claúsula 02); que 50% do salário seriam entregues ao jovem trabalhador e os outros 50% seriam enviados ao Diretor para depositá-los como pecúlio para o aluno (Claúsula 03). Finalmente, a Claúsula 04 estipulava ser de 02 anos o prazo de validade do Contrato.

Outra forma de encontrar colocação para os alunos dava-se através de solicitação de emprego por parte do próprio L. Renault aos amigos e conhecidos. Por este meio o Diretor conseguia empregos para alguns de seus alunos no comércio, em repartições públicas e outros setores. Esta questão, dada a sua relevância, será mais aprofundada à frente.

O terceiro motivo de exclusão do interno, conforme apuramos, é a fuga. Dos 69 alunos para os quais dispomos de informações mais detalhadas sobre os motivos da exclusão, 14,4% constituíram casos de fuga. Diversos são os relatos a respeito das fugas, sendo o aluno faltoso severamente punido. As fugas que levavam à exclusão eram aquelas em que o aluno não mais regressava à instituição, constituindo-se, na verdade, numa espécie de auto-exclusão. O Diretor procurava, de todas as maneiras, evitar que isto acontecesse, recorrendo inclusive, quando achava necessário, à ajuda da polícia.

Autorizada pelo Diretor e pela Secretaria do Interior ou da Agricultura, a força policial buscava o menino em Belo Horizonte, ou deslocava-se para as cidades do interior quando fosse o caso. Outras vezes, entrava-se em contato com os Delegados de Polícia do Município, para que estes se encaregassem de capturar e reconduzir o aluno ao Instituto.

Contar com o apoio da polícia e mesmo da Secretaria do Interior para a captura dos meninos, representava, às vezes, inconvenientes para a instituição. O fato de acionar a polícia poderia significar um desgaste perante a opinião pública, desgaste este que o Diretor, em alguns momentos, preferia evitar, em detrimento à volta do menino. Este dilema foi vivenciado pelo Diretor por ocasião da fuga de Antônio Caravelle, em 1917. Tendo fugido no mesmo ano em que fora internado, a polícia é acionada para capturá-lo e encontra-o morando no bairro Barro Preto, na capital. Antes de reconduzi-lo ao Instituto os policiais enviam ao Diretor da Agricultura (à época responsável pelo estabelecimento), e este a Leon Renault, um ofício, antecipando ter

“a certeza de que o menino poderá vir ao estabelecimento somente à força — carregado — e numa gritaria infernal, o que, parece, viria depor muito contra

o estabelecimento; muitas pessoas poderiam julgar que o menor não quer vir por motivos justificados (...)"(em 30.05.1917)

Aceitando os argumentos da polícia, o Diretor propõe a exclusão do menino, sem a necessidade de reintegrá-lo à instituição. O desligamento oficial de Antônio acaba se dando dois dias depois, em 02 de junho.

Outras vezes a fuga era patrocinada pelos próprios familiares do aluno que, diante da recusa do Instituto em desligá-lo, resolviam não apenas patrocinar o ato mas, em alguns casos, deles participar ativamente. Nestes casos, L. Renault não apenas pedia a captura do menino e sua reintegração, mas a destituição do pátrio poder do(a) responsável pelo mesmo.

Outros dois motivos de exclusão são a conclusão de tempo e a insubordinação, representando 10,2% e 7,3%, respectivamente. Ao que tudo indica, o termo “conclusão de tempo” parece ser utilizado para justificar a exclusão daqueles jovens que, tendo passado dos 17 anos, não haviam tido muitos progressos na aprendizagem escolar e/ou profissional e, mesmo, para justificar o desligamento de alunos que tinham, segundo a direção, maus procedimentos, mas aos quais a mesma não queria impingir o “rótulo” de insubordinados.

No que se refere à insubordinação, claro está que esta categoria inclui todos aqueles que não se adaptavam às regras do Instituto. A exclusão por insubordinação constituía a mais grave punição a que estavam sujeitos os internos.

Mesmo não previsto no Regulamento, o pedido de transferência do aluno para outras instituições era bastante comum, apesar de aparecer somente duas vezes como justificativa para a exclusão. É que, ao que parece, o transferido não era considerado, em alguns casos, um excluído.

Finalmente, é preciso observar, a respeito das diversas formas não regulamentares de exclusão dos alunos, que o próprio Diretor, por diversas vezes, manifestou-se contrário a algumas delas, cobrando sempre das Secretarias um maior disciplinamento das mesmas. Em 1919, ao realizar um balanço dos 10 anos do Instituto, ele afirmava:

“É verdade que este primeiro estágio foi de verdadeiras experiências, em serviço completamente novo entre nós.

Por isso, houve erros, de alguns dos quais eu me penitencio.

O maior deles é o que se refere à falta de uma providência que assegure a permanência do asilado durante os oito anos do curso, porque tem acontecido que os educandos são daí desligados com 2, 3, 4 ou menos anos de permanência na escola, determinando esta anomalia não poderem se preparar convenientemente.” (Instituto, 1919.p.106).

Parece-nos, no entanto, que o que se sobrepôs aos dispositivos regulamentares instituídos foi uma relação bastante ativa das famílias, dos meninos e de

diversos outros sujeitos com a instituição. Essa relação implicou, muitas vezes, no fato do Instituto ter que se curvar às expectativas e demandas da “clientela” atendida, às necessidades dos fazendeiros e de outros grupos de interesse. Era isto, e não uma anomalia, possível de ser sanada com novos e melhores dispositivos, que colocava limites à ação da instituição.

O campo como passagem; a cidade como destino

Em 1935 a direção do Instituto fez um levantamento, objetivando saber qual a profissão, estado civil, salário, condições de vida em geral e em que localidade estavam morando os egressos. Ao que parece, foi enviada uma correspondência para os ex-alunos, a qual foi respondida por um bom número deles, o que permitiu a montagem das duas tabelas das páginas seguintes.

Os dados das tabelas são contundentes. Observa-se (Tabela I) que as três primeiras categorias profissionais exercidas pelos egressos — militares, funcionários públicos e comerciários — perfazem, mais da metade (57, 5%) das ocupações. Por outro lado é interessante que a profissão “lavrador”, com apenas

TABELA I Profissão exercida pelos ex-alunos do IJP/1935			TABELA II Localidade onde trabalham os ex-alunos do IJP/1935		
Profissão	Nº Alunos		Localidade	Nº Alunos	
	f	%		f	%
Militar	21	24,1	B. Horizonte	52	68,4
Func. Públ.	19	22,0	Interior (MG)	18	23,7
Comerciário	10	11,4	Outros Estad	06	7,9
Sapateiro	09	10,3			
Operário	08	9,2	TOTAL	76	100,0
Chofer	03	3,5			
Garçon	02	2,3			
Marinheiro	02	2,3			
Outros*	13	15,0			
TOTAL	87	100,0			

FONTE: Prontuários dos ex-alunos do IJP

* Ferreiro, guarda-livros, marceneiro, boiadeiro, lavrador, oficial mecânico, professor, alfaiate, pintor, apontador, engraxate, ambulante, chefe de alugueis de fita.

um caso, tenha que aparecer na categoria “outros”, quando o Instituto se propunha, justamente, a formar **operários agrícolas**.

Conforme era de se esperar, as profissões exercidas, pela própria natureza das mesmas, o eram na cidade e não no campo, conforme nos mostra a Tabela II. Na verdade, 68,4% dos ex-alunos estavam, em 1935, residindo em Belo Horizonte. Os outros estavam morando nas cidades do interior de Minas (23,7%), no Rio de Janeiro (5,2%) e São Paulo (2,6%).

É considerável, por exemplo, o fato de 46,1% dos ex-alunos exercerem atividades diretamente ligadas ao aparelho de Estado, como funcionários civis ou militares, quando uma das justificativas de criação do Instituto foi a de “ir contra” uma educação “livresca” que somente servia para formar funcionários públicos. A educação, com certeza, tinha deixado de ser “livresca”, mas o destino daqueles minimamente instruídos continuava sendo o serviço público.

É evidente que os jovens trabalhadores egressos do Instituto representavam, nas Minas Gerais do início do século, uma mão-de-obra bastante qualificada e escassa. Era esperado, no entanto, que estes jovens, formados nos arredores de Belo Horizonte e, muitas vezes, se beneficiando de seu mercado de trabalho ou consumidor de serviços, seguissem para o meio rural para trabalhar como operários agrícolas. Ilusão? Erro de cálculo dos organizadores? Pode até parecer, mas para nós a questão é mais complexa.

É por demais conhecida a atitude dos fazendeiros mineiros (e brasileiros) no trato com os trabalhadores livres. Fazendo uma análise do período imediatamente posterior à abolição da escravidão, Wirth faz a seguinte observação em relação aos fazendeiros mineiros:

“Pagar salários foi uma experiência dolorosa para muitos fazendeiros que no início sentiam saudades dos tempos da mão-de-obra “supervisionada” (forçada ao chicote) e se queixavam da falta de trabalhadores fixos, confiáveis e, acima de tudo, barateiros” (Wirth, 1982, p.79).

Esta forma de se relacionar com os trabalhadores, que aliás são típicas do processo de estabelecimento das relações sociais capitalistas, parece não ter mudado substancialmente quando, anos depois, alguns jovens trabalhadores saídos do Instituto aventuram-se pelo interior mineiro a procura de trabalho. A relação é marcada pela quebra do contrato, pelo não cumprimento do que havia sido “acordado”, pelo baixo salário, etc.

Do não cumprimento do contrato reclama um ex-aluno ao Diretor, em 1922. Escrevia ele:

“Venho por meio desta comunicar-vos que não foi possível sujeitar-me mais do que três dias na fazenda do sr. Vitor Peni, porque não cumpriu lá o contrato. O contrato foi o seguinte: ele me daria cinquenta mil réis mensais e vinte por

cento das rendas das mercadorias, avaliadas estas, em quinze contos por ano. Não me seria uma das melhores, mas assim não aconteceu, lá trabalhei como camarada e resolvi não continuar”.

Não se sujeitando às condições oferecidas — trabalhar como “camarada” —, este jovem passa então, segundo escreve, a procurar emprego em alguma repartição pública.

Outro ex-aluno, que em 1935 é funcionário público do Estado do Rio, escreve ao Diretor do Instituto em 1918, reclamando da forma como são tratados os trabalhadores numa fazenda:

“Não estando satisfeito aqui e desejando me retirar, envio-lhe esta afim de lhe participar.

Dr. Leon, a minha insatisfação é a seguinte: o Seu Maria nos trata com toda imposição, pensando este que a gente sendo empregado tem por obrigação aturar suas imposições e desaforos.

Eu felizmente ainda não tive questões com ele, por isso quero dar minhas providências, antes que aconteça alguma coisa.”

Abílio Seabra, um dos jovens trabalhadores que foram para a Fazenda do Rótulo, apontará para Leon Renault os dois motivos de sua insatisfação: o primeiro é que os fazendeiros não cumpriam o contrato, já que queriam que lavassem a roupa e que exercessem atividades não constantes do contrato. A segunda é que os fazendeiros não investiam na fazenda.

“A situação financeira da fazenda está de tal forma que eu não sei onde irá esbarrar; não há meios que faça que o Sr. Braga disponha de grande quantia para o desenvolvimento de tão grande lavoura como é a daqui, fica a mandar 100, 200, 300 mil reis, coisa que não chega para nada. Até hoje não plantamos nada pois há dificuldades em diversas máquinas, talvez iremos plantar a partir do dia 20 em diante”.

Outras vezes, no entanto, eram os hábitos dos jovens trabalhadores que dificultavam a assinatura do contrato de trabalho. Em 1916 um fazendeiro escrevia a L. Renault um carta nos seguintes termos:

“Infelizmente, não posso fazer contrato com o menino que o amigo me fez o favor de arranjar.

Não há meios de contê-lo em casa; logo que chamam para jantar, ele já vem preparado com a gravata vermelha e a roupa domingueira — janta e azul, somente no dia seguinte o vejo. Nos sábados, a mesma coisa, mas com uma gravidade — só no terceiro dia o vejo. Esta é a verdade.”

É, de um lado, a quebra do contrato, o desrespeito, o não cumprimento dos acordos, a falta de investimento na lavoura, o não reconhecimento do trabalhador

como sujeito de direito e, mesmo que minimamente, senhor de seu tempo livre. Do outro lado, é a utilização dos conhecimentos adquiridos para defender-se, o zelo pela manutenção da dignidade, a defesa dos direitos... São duas posturas contrapostas, dois interesses que se objetivam em posturas bastante diferenciadas, quando não antagônicas.

Mesmo quando não reclamavam da relação com os patrões, ao assenhorar-se de seus destinos, muitos deles faziam verdadeiras maratonas por diversos ofícios, buscando explicitamente a melhoria das condições de trabalho e de vida. Para isto, muitas e muitas vezes tinham que realizar escolhas nem sempre fáceis. Este é o caso, por exemplo, do jovem Natalício de Barros, que sai do Instituto, aos 17 anos, em 1927.

“Trabalhei por algum tempo no exercício da profissão de sapateiro, que com tanta dedicação e carinho me foi ensinada nessa escola pelo inesquecível mestre Sr. Antônio Sabará.

Entreguei-me depois, por alguns meses, ao serviço de pintor em companhia de um irmão mais velho. Depois, passei a trabalhar no serviço de transporte da estação Férrea de Sabará a Patos e desta a Paracatú, empregando-me depois no comércio. Almejando uma colocação melhor, abandonei o comércio no qual me encontrava já há um ano, dedicando-me a prática de Telegrafia. Convidado por um chefe de estação coletora do Telégrafo Nacional de Paracatú, deixei de aceitar; para me dedicar à prática de radiotelegrafia. Nesta última me empreguei um ano, findo o qual assumi o encargo da estação radiotelegráfica do serviço do Estado, nesta cidade, (...)”

Como se vê, este jovem, como muitos outros, jamais trabalhou na agricultura, utilizando de seus conhecimentos para, justamente, trabalhar em profissões tipicamente urbanas e que requerem, por exemplo, um certo nível de leitura e escrita.

Outro motivo pelo qual os ex-alunos do Instituto acabam se fixando na cidade, ao que parece, é, ironicamente, o papel desempenhado por L. Renault perante os mesmos. Detectamos que existia uma intensa troca de correspondência entre o Diretor e os jovens trabalhadores que com ele conviveram. Nestas cartas os ex-alunos contam a vida no trabalho, as características do mesmo, o horário que cumprem, falam da saudade, das dificuldades, das angústias, da diferença entre a (boa) vida no Instituto e às dificuldades da vida “cá fora”. Também convidam para o casamento, relatam o nascimento dos filhos. Aproveitam a oportunidade, quase sempre criada com esta finalidade, para pedir que o Diretor lhes arrume um emprego e solicitam os conselhos mais diversos. De sua parte, o Diretor aproveita o contato para, fundamentalmente, dar-lhes conselhos sobre a vida em geral e, mais especificamente, sobre o trabalho e sua importância para uma vida digna.

Em geral, a solicitação de emprego por parte dos ex-alunos vinha acompa-

nhado de uma descrição, as vezes dramáticas, das condições de vida dele próprio e de sua família. Em 1931, o jovem trabalhador Augusto Alves assim se dirige ao Diretor:

“Dr. Leon um de seus ex-alunos do Instituto vem por intermédio desta, pedir-lhe um grande favor, o qual é arranjar um emprego para mim, porque estou desempregado a tempo, e tenho até passado necessidade por falta de dinheiro. Dr. Leon eu peço ao senhor que pelo amor de Deus arranje um emprego para mim. Seja aqui ou fora da terra em que estou (BH) porque quem vive como eu antes morrer no deserto longe de todas as diversões e belezas mundiais”.

É interessante notar que depois de relatar dramaticamente sua situação, o jovem ainda se “lembra” e dá enorme valor, as “diversões e belezas mundiais” às quais ele só pode ter acesso na cidade. Mais interessante ainda é saber qual o tipo de emprego ele prefere:

“Dr. a minha grande vontade era ser empregado em uma repartição pública aonde é um emprego certo. Mas este eu penso que será difícil para o senhor arranjar, mas como o senhor é muito conhecido peço ver se arranja de servente em qualquer secretaria ou outra repartição: Dr. Leon se o senhor arranjar não será um favor, sim uma caridade”.

Não sabemos ao certo se este jovem trabalhador conseguiu ou não um emprego por intermédio do Diretor. As possibilidades disso ter acontecido são grandes, pois, conforme detectamos, esta foi a sorte de boa parte daqueles que solicitaram emprego a ele. L. Renault esforçava-se para conseguir colocação para seus ex-alunos nas Secretarias, em fábricas, nas delegacias, na Estrada de Ferro Central do Brasil, no próprio Instituto e em muitos outros lugares.

Pudemos notar que, à parte alguns pedidos de mão-de-obra dirigidos ao Instituto por fazendeiros, os empregos arranjados pelo Dr. Leon eram quase todos urbanos, muitos dos quais em repartições públicas. Isto não é de se estranhar se considerarmos que ele vivia e tinha todas as suas relações na cidade de Belo Horizonte, cultivando inclusive uma relação muito próxima com membros influentes do Partido Republicano Mineiro, o que já havia sido fundamental para sua própria indicação, em 1909, para a direção do Instituto.

A relação do Diretor com os ex-alunos era marcada também, conforme já assinalamos, por conselhos e recomendações, por vezes enérgicas, a respeito de como deveriam se comportar, se deveriam ou não permanecer em tal ou qual emprego. Eram os seguintes os termos utilizados numa correspondência, de 1917:

“Não te esqueças das minhas recomendações diárias aqui: sê trabalhador, honesto, verdadeiro sempre, franco e sincero. A vida está muito difícil, mas é preciso que a ganhemos honestamente; se

assim fizeres, como espero que faças, será digno de si mesmo e da sociedade em que viveres (...).

Estás moço e és forte. É necessário pois, que trabalhes muito, enquanto tens saúde e força”.

Entendemos, pois, que a relação estabelecida entre os ex-alunos e o Diretor constitui-se num dos fatores, se bem que não o principal, que levaram os alunos a não se estabelecerem no campo. Outrossim, as cartas correspondem, também, a uma forma da instituição continuar fazendo-se presente, e algumas vezes controlando a vida dos ex-alunos e, ao mesmo tempo, apontam para o fato de que os jovens trabalhadores utilizavam do prestígio da instituição e do seu Diretor para socorrê-los. O teor das cartas, a dramaticidade de algumas — que cremos realmente indicavam uma condição de vida verdadeiramente precária — parecem indicar que os ex-alunos procuravam sensibilizar emocionalmente o Diretor, ainda mais quando as suas vidas no Instituto não os abonavam em seu pedidos.

Outros fatores importantes a serem considerados é **o crescimento da população e a industrialização de Belo Horizonte** ocorridos nas primeiras décadas deste século. Lembre-se que o Instituto localizava-se na periferia da capital e que, com o crescimento desta, o Estado teve que aumentar o quadro de pessoal visando a garantir alguns serviços básicos. Da primeira década à metade dos anos trinta, deste século, época para a qual temos os dados aqui utilizados, Belo Horizonte sofreu mudanças substanciais, deixando de ser apenas um centro administrativo, passando a ser um centro comercial, industrial e financeiro, o que faz da capital um importante mercado para a mão-de-obra.

É na capital mineira que os ex-alunos vão encontrarem empregos nas repartições públicas, na força policial, no comércio, na indústria ou mesmo vendendo serviços como trabalhador autônomo (sapateiro, alfaiate, marceneiro e outros). Já beneficiados por uma formação escolar elementar e pelo aprendizado de alguns ofícios, além do às vezes longo aprendizado da prática agrícola, irão agora se beneficiar do mercado de trabalho belorizontino.

No entanto, se os fatores mencionados “expulsam” do campo ou atraem para a cidade, possibilitando a alocação dos egressos em funções não agrícolas, isto não ocorre por acaso. É fundamental percebermos que o elemento diferencial nestas trajetórias é dado pela **cultura escolar** experienciada e incorporada pelos meninos. É ela, ao nosso ver, que permite e possibilita a **conversão de rumos**.³

Ao sair do Instituto, boa parte dos jovens trabalhadores constituíam uma mão-de-obra muito especial em Minas Gerais. Eram crianças que viviam em extrema pobreza e que aprenderam a ler, escrever e fazer contas; alguns concluíram até o ensino primário. Tiveram acesso a informações sobre o trato com o solo, aprenderam a trabalhar na lavoura; alguns aprenderam a lidar com a contabilidade relativa aos gastos, desde o plantio até a colheita, e outros aprenderam a lidar com o gado, a selecioná-lo. Puderam aprender o ofício de sapateiro, alfaiate ou ferreiro e a fazer pequenos serviços necessários à vida cotidiana

(costurar, cuidar dos afazeres domésticos, etc.).

Aliado a esta instrumentalização técnica, tendo passado alguns anos no interior da instituição, a criança aprenderia muito acerca dos valores que regem a convivência no mundo capitalista e as relações no mundo urbano. Aprenderia, talvez com muito prazer, o valor do salário e sua importância na vida do trabalhador; aprenderia que é senhor de direitos e deveres e que, na maioria das vezes, somente poderia contar com seu valor pessoal para “vencer”. Enfim, teria noções claras a respeito das relações mercantilizadas e saberia que, contando somente com seu próprio corpo, teria que vender sua força-de-trabalho e empregá-la da forma que melhor lhe conviesse.

Utilizando os conhecimentos adquiridos no Instituto, e contando no mais das vezes com o paternalismo do Diretor, os ex-alunos irão “evitar” o serviço estafante, pesado e mal remunerado na lavoura e buscar ocupação nas cidades, notadamente na cidade de Belo Horizonte. Aí eles vão exercer um conjunto de funções bem características no aparelho de Estado: aquelas de menor prestígio e, por isso mesmo, passíveis de serem ocupadas por pessoas oriundas das camadas mais pobres da população.

Do ponto de vista da administração pública, a incorporação dos ex-alunos do Instituto para o exercício de tais funções poderia significar o aproveitamento de uma mão-de-obra relativamente bem capacitada, fazendo frente ao constante aumento por serviços públicos, sem que isso significasse por em questão os postos mais prestigiados. Estes continuarão sendo exercidos por indivíduos oriundos dos grupos dominantes. Já do ponto de vista dos ex-alunos o fato de estar empregado no serviço público poderia significar, além de um emprego razoavelmente seguro, a oportunidade de ter uma vida um pouco — e em alguns casos, muito — melhor do que aquela de seu grupo social de origem.

É o conjunto deste fatores, parece-nos, que nos permite entender o **evitamento** do trabalho agrícola pelos egressos do Instituto João Pinheiro. Não há dúvida que assim como se multiplicaram as formas de desligamento dos alunos em função dos diferentes interesses em jogo, o destino profissional, que supostamente deveria ser o campo, foi modificado devido a fatores que não foram — e nem poderiam ser — supostos pelo fundadores e pela direção, pois estavam ligados muito mais à dinâmica das relações sociais onde a instituição e os ex-alunos estavam inseridos.

À guisa de conclusão

Conforme demonstramos, a relação dos sujeitos sociais com as instituições e com as expectativas destas para suas vidas, é bastante ativa e está longe de ser algo que possa ser planejando e controlado. As diferentes histórias e interesses implicam trajetórias diferenciadas e, muitas vezes, conflitantes com as expectativas.

No caso específico dos egressos do Instituto, fica muito clara a mudança operada pela instituição em suas vidas. Marcados por uma cultura escolar bastante peculiar para a época, à qual jamais teriam acesso se não tivessem experienciado o aprendizado oferecido pelo estabelecimento, aqueles jovens trabalhadores adquirem também a capacidade de definir minimamente destinos diferentes para suas vidas, ou pelo menos, de lutar por isto.

Com isso o Instituto estará não apenas formando “novos” trabalhadores e cidadãos, mas, fundamentalmente, contribuindo para construção de uma nova cultura escolar nas Minas Gerais e, no processo, de novas maneiras de conceber e intervir no social.

Notas

1. As referências mais constantes são, no primeiro caso, a E. Demoulin e à sua École des Roches (fundada em 1898 e considerada a primeira escola nava a funcionar na França). No segundo caso as referências são feitas a Enrico Ferri e à Escola-Colônia de Mettray (fundada, também na França, em 1839). Para um maior aprofundamento desta questão, cf. Faria Filho, 1991.
2. PRONTUÁRIO era a denominação dada, pela administração do Instituto, a uma pasta contendo todos os documentos pessoais dos alunos e a documentos de várias outras naturezas (cartas, bilhetes, boletins, etc).
3. Outro elemento que deveríamos considerar refere-se à expectativa familiar e sua relação com as trajetórias profissionais dos ex-alunos. A este respeito, temos evidências de que tal expectativa tinha significativa importância. Infelizmente os dados de que dispomos no momento não nos permitem mais que esta constatação. De todo modo, também esta expectativa estaria **operando** com a cultura escolar, real ou presumível, dos ex-alunos.

Referências Bibliográficas

- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *República, Trabalho e Educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1034*. Belo Horizonte, FaE-UFMG, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- _____. A República do Trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do séc. XX. Belo Horizonte, *Revista do Departamento de História/Cadernos do Departamento de Ciências Políticas*, 10/8, p.79-92, FAFICH-UFMG, 1990.
- _____. Instituto João Pinheiro: uma escola nova popular? Trabalho apresentado na *XIV REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, São Paulo, 1991. (mimeog.).
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Instituto João Pinheiro. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1919 (Arquivo Público Mineiro).

JULIA, D. La Culture Scolaire comme objet historique. Conferência de encerramento do XV ESCHE, Lisboa, 1994. (mimeog.).

Regulamento do Instituto João Pinheiro. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1910 (Arquivo Público Mineiro).

RENAULT, Delso. *Proteção ao menor: Leon Renault, um pioneiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

WIRTH, J. D. *O Fiel da Balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Luciano Mendes Faria Filho é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP

Endereço para correspondência:

Av. Amazonas, 641 - 8º andar

30.180-000 - Belo Horizonte - MG